

25.

GRUPO DE PESQUISA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO- GPOSSHE/UECE: DEZESSEIS ANOS NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E DO SOCIALISMO

Frederico Jorge Ferreira Costa¹

Karla Raphaella Costa Pereira²

José Eudes Baima Bezerra³

1. Introdução

Nos quarenta anos da Pedagogia Histórico-crítica (PHC) é preciso reafirmar a atualidade e a natureza radical da crítica marxista em relação ao capitalismo e a sociedade burguesa. Pois, o vigor crescente da Pedagogia Histórico-crítica expressa a dialética entre o poder das ideias e a necessidade da realidade em apresentar suas contradições. A Pedagogia Histórico-crítica é uma força material que indica, no contexto da educação, os interesses imediatos e históricos das classes sociais e setores subalternos que são diretamente ou indiretamente explorados e oprimidos pelo processo de produção e acumulação de capital.

O marxismo surgiu, em última instância, como produto do surgimento e consolidação do modo de produção capitalista. No processo de expansão do capitalismo e das revoluções burguesas, a natureza contraditória da sociabilidade burguesa se revelou cada vez

Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana.
Diretório do Grupo de Pesquisas CNPq:
<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36129>.

¹ Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará (FACEDI/UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7944751664196175>.

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA/RN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6592056073051492>.

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8686958928764248>.

mais. O capitalismo não é só o aumento da produtividade do trabalho, a expansão de conhecimentos e de controle da natureza. É, também, acumulação de misérias, injustiças, opressões, exploração e negação de direitos humanos elementares. Contra isso levantam-se lutas elementares, resistências moleculares, tomada de consciência e novas práticas sociais de trabalhadores e trabalhadoras assalariados.

O marxismo foi uma síntese consciente, teórica e política de acúmulos cultural progressista e de movimentos de massas populares e de sua vanguarda, o proletariado. O marxismo constituiu uma superação dialética que negou, afirmou e elevou a patamares superiores tendências progressivas em diversas áreas. Marx e Engels partiram do existente, assimilando o saber acumulado, examinando-o criticamente, dialogando com as conquistas e produzindo algo novo a partir: das ciências humanas; das correntes políticas emancipatórias oriundas da extrema esquerda da Revolução Francesa; do movimento operário espontâneo de resistência a exploração capitalista; do socialismo utópico e de seus projetos de construção de uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, o marxismo é uma síntese criadora e não dogmática, vinculada aos interesses das classes subalternas, que se desdobra em quatro momentos: 1) síntese entre as principais ciências sociais; 2) síntese entre as ciências sociais e o projeto de emancipação da humanidade; 3) síntese entre o projeto de emancipação da humanidade e o movimento real de auto-organização e autoemancipação do proletariado moderno, trabalhadores e trabalhadoras assalariados sem a propriedade dos meios de produção; 4) síntese entre o movimento operário concreto e o processo de ação e organização política revolucionária.

Partindo desse processo permanente de superação criativa do marxismo é possível traçar um paralelo com a constituição e desenvolvimento da Pedagogia Histórico-crítica nesses quarenta anos. Com a derrota da ditadura militar, pela ação das forças populares e democráticas, com destaque para as greves operárias, a reorganização democrática exigia projetos emancipatórios para diversos setores sociais. Na educação seria preciso um ajuste de contas com a consciência pedagógica anterior, tanto com as pedagogias conservadoras quanto com as pedagogias progressistas. Essa ação

sintética e superadora (negação/ afirmação/elevação) gravitou em torno da obra seminal de Demerval Saviani. Seu produto foi a Pedagogia Histórico-crítica, uma síntese sempre inacabada, por não ser uma orientação dogmática ou axiomática a não ser o objetivo final de emancipação, o compromisso com a escola pública e a luta pelo socialismo, sempre submetidos às provas da prática social.

Nesses termos, o GPOSSHE se alinha com a Pedagogia Histórico-crítica que se sustenta num vasto conjunto de experiências pedagógicas, gestões educacionais, pesquisas, dados empíricos, grupos de estudos e no cotidiano de milhares de educadores e educadoras da educação básica e do ensino superior.

2. GPOSSHE: origens no Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário e perspectivas na Pedagogia Histórico-crítica

O Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana – GPOSSHE da Universidade Estadual do Ceará – UECE possui treze anos de existência, sendo um dos frutos do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE com trinta e três anos de fundação.

O Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário IMO foi criado em 1993, a partir de um convênio de cooperação firmado entre a Universidade Estadual do Ceará UECE e a Central Única dos Trabalhadores - Ceará, sob o lema “o conhecimento a serviço da classe trabalhadora”.

A história do IMO pode ser sintetizada em três períodos.

Nos primeiros anos de sua existência o IMO participou sistematicamente das atividades formativas da CUT - Ceará, realizando um conjunto de pesquisas sob a solicitação dessa Central. O IMO passou a desenvolver um projeto de Curso de Formação Política e Sindical, cuja grade curricular compunha-se de quatro disciplinas: Introdução à Filosofia da Práxis; Introdução à Economia Política; História do Movimento Operário; e Pedagogia do Trabalho, contando com uma carga de 240 h/a, tinha duração de dois semestres, guardando caráter de extensão universitária para os trabalhadores,

sendo, as disciplinas, também, oferecidas aos alunos da UECE, como optativas, dentro da grade curricular dos seus próprios cursos. Simultaneamente abrigou e abriga inúmeros grupos de pesquisa e estudos, além de estar vinculado à programas de pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Federal do Ceará - UFC: Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE/UECE e Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira - PPGE/UFC.

Na segunda fase, o IMO centra-se na vida acadêmica da Universidade Federal do Ceará - UFC e da Universidade Estadual do Ceará - UECE, em particular na pós-graduação. Foram organizados o Núcleo de pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, a partir do Núcleo Trabalho e Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira na UFC e a linha de pesquisa Marxismo e Formação do Educação no então Mestrado Acadêmico em Educação, precursor do Programa de Pós-graduação em Educação da UECE. Nessa fase, foram formados inúmeros mestres e doutores sob a perspectiva de uma formação marxista sob a hegemonia da ontologia do ser social e do pensamento de György Lukács, sob a perspectiva hegemônica de pensadores como István Mészáros, José Chasin, Sérgio Lessa e Ivo Tonet. Também, estruturou-se o Grupo de Pesquisas Trabalho, Educação e Luta de Classes, com aproximadamente vinte pesquisadores além de bolsistas de iniciação científica. Além de representar um dos cinco grupos de pesquisa do Centro de Educação, vinculando-se ao Curso de Mestrado em Educação da UECE, o Grupo exibiu um caráter interinstitucional, uma vez que somou a uma equipe de professores e alunos de graduação e de pós-graduação da UECE, um conjunto de professores, mestrandos e doutorandos do Núcleo Trabalho e Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, identificados com as premissas teóricas e linhas de ação acadêmico-políticas adotadas pelo IMO. Assumindo como marca investigativa por excelência a análise crítica e contextualizada dos fenômenos sócio-pedagógicos, a partir da afirmação da centralidade do trabalho, ao mesmo tempo em que sustentava crítica aos chamados novos paradigmas epistemológicos alinhados com a denominada sociedade do conhecimento. As pesquisas movimentam-se em torno de eixos

que, por sua vez, desdobram-se em uma diversidade de temáticas, que se estendem desde a preocupação com a compreensão do trabalho como fundamento ontológico do processo de reprodução social, atravessando a problemática da educação escolar, para desembocar nas relações entre a organização de classe e a educação dos trabalhadores. Aqui destaca-se a constituição de um grupo de professores, doutorandos, mestrandos e bolsistas dedicados ao aprofundamento nos estudos da Pedagogia Histórico-crítica, na defesa da escola pública, na aproximação maior com a formação crítica de trabalhadoras e trabalhadores da educação, além uma crescente crítica ainda uma visão crítico-reprodutivista da educação e da escola alicerçada numa leitura esquemática da ontologia do ser social de Lukács, em particular nas posições sobre educação presentes na obra de Sérgio Lessa e Ivo Tonet.

A fase atual do IMO se inicia com a constituição do Grupo de Pesquisa Ontologia do Social, História, Educação e Emancipação Humana – GPOSSHE, que teve como consequência um salto teórico-político. Do ponto de vista teórico, uma ruptura com qualquer postura dogmática em relação marxismo, mantendo-se a ortodoxia do método, suas coordenadas teóricas e suas conquistas programáticas. Na perspectiva histórica, uma maior aproximação com todas as experiências do movimento operário-popular de ruptura ou crítica real ao capitalismo. Com relação a problemática educacional, a integração à Pedagogia Histórico-crítica, por sua fundamentação marxista, crítica às pedagogias burguesas, compromisso com a escola pública e orientação socialista. No sentido político-classista, superação do academicismo aristocrático de esquerda ao optar pelo vínculo direto com o movimento sindical-popular, tanto em termos de formação de militantes como na orientação de pesquisas científicas.

Essa orientação trouxe conquistas importantes:

- 1) Efetivação na constituição no Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE em sua Linha A – Formação, Didática e Trabalho Docente do Núcleo 4 - Educação Escolar, Formação, Luta de Classes e Pedagogia Histórico-crítica, que articula estudos e pesquisas que abordam a educação escolar (básica e superior); educação do campo; formação e práxis docente; expansão, financiamento e avaliação da educação superior, na perspectiva da

interseção entre a Filosofia da Práxis e a educação. 2) Projetos de pesquisas: “Discussão sobre uma didática para educação do campo: vínculo com a prática social, formação vinculada a um Projeto de sociedade, experiência do MST – Ceará”; “PHC e pesquisa em formação de professores: prática pedagógica, defesa da escola pública, currículo voltado aos clássicos, formação integral substantiva”; “Ensino de literatura: relação entre estética e ensino de arte e literatura, formação de professores para o ensino de literatura, catarse como momento da prática pedagógica”.

3) Revista Cadernos do GPOSSHE On-line, A4 (Qualis Capes).

4) Canal GPOSSHE TV – Youtube com mais 6 mil inscritos.

5) Publicação de dois livros sobre Educação do Campo.

6) Disciplinas e grupos de estudos sobre Pedagogia Histórico-crítica.

7) Desde 2015, “Grupo de Estudos Obra Histórica e Filosófica de Dermeval Saviani”.

8) Integração no HISTEDBR.

3. Por que a Pedagogia Histórico-crítica é um dos fundamentos teóricos do GPOSSHE?

As novas determinações da sociedade contemporânea exigem uma práxis educativa própria para que perdurem e se desenvolvam. Mas, toda sociedade tem como matriz os atos teleologicamente orientados dos indivíduos, o que ontologicamente é condição da reprodução social. E, como a educação possui a determinação de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos homens (Saviani, 2003), dentro dos limites de uma sociabilidade historicamente determinada, devemos partir das atuais necessidades do capital para compreendermos as mudanças no terreno da formação do indivíduo.

Com a dissolução da comunidade primitiva, o complexo educacional tomou como elemento constituinte a divisão classista do ser social (Manacorda, 1997; Ponce, 1998), ou seja, as classes sociais e suas contradições passaram a determinar e serem determinadas pela

educação com a mediação do Estado. Isso significa que as objetivações humanas que necessitam serem assimiladas pelo indivíduo – como ideias, conhecimentos, valores, conceitos, simbolizações, hábitos, atitudes, habilidades –, as formas e métodos adequados para essa assimilação e a reflexão sobre o processo como um todo, essenciais para a continuidade-desenvolvimento de uma formação social concreta, são mediados pelos interesses conflitantes das classes sociais. Mas, não só isso. A educação como complexo integrante da reprodução social é também consciência prática das sociedades de classe, relacionada com o conjunto de valores e estratégias rivais que disputam o processo de produção e controle do excedente econômico em seus diversos aspectos.

As “novas” pedagogias, sintetizadas no ideário do “aprender a aprender” – que se auto justificam como uma necessidade natural da contemporaneidade diante do conflito basilar capital-trabalho – têm a função de produzir nos indivíduos a consciência prática de que a sociedade burguesa decadente é o horizonte inquestionável de suas aspirações, fazendo com que eles sejam agentes na manutenção e no desenvolvimento de uma forma específica de intercâmbio social: o capitalismo. De fato, elas são “pedagogias do capital em crise” que, mesmo se expressando autonomamente em relação à totalidade social e entre si, retroagem fortemente sobre os processos materiais, sendo um dos aspectos essenciais na atual ofensiva burguesa.

Mas, como a sociedade burguesa encontra-se internamente dividida entre os interesses do capital e do trabalho, “[...] as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como ‘totalizadoras’ em suas explicações e, de outro, como alternativas estratégicas umas as outras” (Mészáros, 2004, p. 65), o que funda, em relação às forças do trabalho, a necessidade de constituir uma consciência prática de uma atividade pedagógica que diante do conflito nuclear do atual período – manter o existente ou superá-lo radicalmente – integre-se numa perspectiva estratégica maior de ir além do capital. Isto é, que o conteúdo do que deve ser assimilado para que os indivíduos se tornem homens e mulheres, os mecanismos a serem utilizados e a teorização sobre este agir pedagógico, devem estar centrados na efetivação de indivíduos auto-realizados como sujeitos

socialmente ricos e com uma vida plena de sentido, em uma humanidade auto-emancipada da lógica alienante do capital.

Essa empreitada, não surge do nada, pois a Pedagogia Histórico-crítica – a qual está intimamente vinculada às contribuições de Saviani (2002, 2003), reconhecido como um dos maiores especialistas em educação no país e do mundo, com contribuições tidas como fundamentais na filosofia da educação e na visão crítica das políticas educacionais hegemônicas, no nosso ponto de vista, coloca-se na perspectiva da transformação da realidade educacional como um dos momentos da transformação da sociedade.

Noutras palavras, ela difere de outras correntes pedagógicas que, pela sua não criticidade, buscam justificar o real ou, no máximo, melhorá-lo superficialmente. Essas teorias não-críticas caracterizam-se por conceber “[...] a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma.” (Idem, 2002, p. 5). Assim, elas compreendem a práxis educativa independentemente das determinações sociais e econômicas, tornando-a capaz de corrigir os problemas sociais, que são vistos como um fenômeno “acidental e individual”. Nessa perspectiva, os problemas sociais não são percebidos como efeitos de uma sociedade em crise, fruto de um sistema econômico que tem como objetivo o lucro e a acumulação do capital para a minoria em detrimento da pobreza e da miséria para a maioria. Portanto, a educação nessa perspectiva teórica é vista: “[...] como um instrumento de correção dessas distorções. Constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social.” (Saviani, 2002, p. 4). Nesse contexto, como nos casos da pedagogia tradicional da pedagogia nova e do tecnicismo, a práxis educativa não sofre influência da sociedade burguesa e nem de suas contradições, por isso é vista como capaz de transformá-la no sentido de torná-la melhor, e não na perspectiva de contribuir para a superação de suas estruturas de exploração e estranhamento.

É por isso que entendemos que qualquer análise pedagógica pressupõe, no mínimo, a existência de uma teoria pedagógica que busque situar o ser humano – sujeito e objeto da atividade educativa – , nas complexas relações entre educação e sociedade, ao mesmo tempo

buscando identificar a natureza e a especificidade da educação, a função da educação escolar, o papel dos professores e alunos na transformação da realidade, além dos métodos capazes de possibilitar a assimilação de conteúdos e a produção de cultura.

A Pedagogia Histórico-crítica se insere num universo teórico que procura “[...] compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionamentos objetivos, isto é, à estrutura socioeconômica que determina a forma de manifestação do fenômeno educativo” (Saviani, 2002, p. 5). Nessa concepção, a educação tem uma ampla relação com a sociedade, que está dividida em classes com interesses antagônicos sustentados pelas condições da “vida material”. Assim, os problemas sociais, em especial os educacionais, são entendidos como um fenômeno que tem como causa a própria estrutura da sociedade “[...] porque o grupo ou classe que detém maior força se converte em dominante se apropriando dos resultados da produção social, tendendo, em consequência, a relegar os demais à condição de marginalizados.” (Ibidem, p. 4-5). Nessa percepção:

[...] a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, a educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, converte-se num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente, escolar. (Ibidem, p. 5).

Mas, além da Pedagogia Histórico-crítica ser diametralmente oposta às correntes pedagógicas não-críticas, há uma particularidade nela que a diferencia dentro do próprio universo das denominadas “correntes críticas”. A Pedagogia Histórico-crítica que teve sua formação no final da década de 1970 ocupou seu espaço confrontando-se com as teses das chamadas “teorias crítico-reprodutivistas”, com destaque para o estruturalismo “marxista” de Althusser. Essas correntes estão alinhadas, de acordo com Saviani (2002): na teoria do sistema de ensino como violência simbólica, na teoria da escola como aparelho ideológico de Estado (AIE) e na teoria da escola dualista. E, embora partam do fato que a práxis educativa e suas instituições sofram as contradições geradas pelos conflitos de interesses que caracterizam a sociedade capitalista, não são capazes de explicitar os mecanismos da

realidade efetiva para apontar os elementos objetivos e subjetivos de sua superação, pois:

[...] não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro modo. O problema, no entanto, que os educadores enfrentavam extrapola esse âmbito, porque a questão central era justamente como atuar de modo crítico no campo pedagógico, como ser um professor que, ao agir, desenvolve uma prática de caráter crítico. A teoria crítico-reprodutivista não pode oferecer resposta a estas questões, porque, segundo ela, é impossível que o professor desenvolva uma prática crítica; a prática pedagógica situa-se sempre no âmbito da violência simbólica, da inculcação ideológica, da reprodução das relações de produção. Para cumprir essa função, é necessário que os educadores desconheçam seu papel; quanto mais eles ignoram que estão reproduzindo, tanto mais eficazmente eles reproduzem. Consequentemente, não há como ter uma atuação crítica, uma atuação contrária às determinações materiais dominantes; o professor pode até desejar isso, mas é um desejo inócuo, porque as forças materiais não dão margem a que ele se realize (Saviani, 2003, p. 67).

Nessa crítica às teorias crítico-reprodutivistas abre-se, no nosso ver, a possibilidade emancipatória do campo teórico da Pedagogia Histórico-crítica, pois é possível identificar o desafio que está por trás do surgimento dessa pedagogia revolucionária e socialista. Por um lado, como desenvolver a esfera autônoma da educação sem isolá-la mecanicamente do contexto socioeconômico? De outro lado, como, reconhecendo os condicionamentos da sociedade capitalista sobre a educação, não eliminar a atuação dos sujeitos da educação? Sobre o assunto, Saviani (2002, p. 31) diz o seguinte: [...] impõe-se a tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas) colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado.

Eis, no nosso entender, a identidade teórica e a importância da Pedagogia Histórico-crítica frente às demais correntes. Primeiro porque não nega nem esquece que a sociedade em que vivemos está centrada na reprodução do capital, o que em última instância condiciona todas as esferas da sociedade, em particular a educação,

com sua carga de desigualdade e alienação. Segundo porque percebe que a realidade social, mesmo repleta de desigualdade e alienação, é produto da atividade humana e, portanto, na esfera da educação os sujeitos da atividade educativa – os trabalhadores da educação e os alunos – têm um papel relevante a cumprir. E terceiro porque a partir dessa demarcação de campos é também possível destacar as categorias centrais da pedagogia histórico-crítica, como sendo: homem, trabalho, ideologia, educação e função da escola.

Porém, isso não significa que todas as questões teóricas fundamentais já estejam bem delimitadas dentro das coordenadas da pedagogia histórico-crítica. Esta corrente pedagógica se constituiu numa negação crítica aos pressupostos do escolanovismo e do crítico-reprodutivismo, sobre bases axiomáticas que necessitam de maior definição, explicitação e fundamentação. Daí o motivo de nosso trabalho estar centrado nos fundamentos desta corrente, o que lhe dá um caráter estritamente propedêutico, já que anuncia não um resultado mais o início de uma linha de pesquisa.

Tal campo de pesquisa pode aparentemente não parecer novidade, pois esse debate, pelo menos nas diversas críticas, sempre esteve presente, seja com os recursos do marxismo vulgar, do althusserianismo, da teoria crítica (Escola de Frankfurt), do pensamento libertário, da doutrina cristã progressista ou do ecletismo teórico. No entanto, jamais tal debate teve como pressuposto a ontologia do ser social, isto é, baseando-se no marxismo entendido como uma ontologia. Muitas vezes o debate foi centrado apenas no terreno da teoria do conhecimento ou gnosiologia, ou seja, na relação cognoscitiva entre sujeito e objeto e nas condições e limites dos procedimentos subjetivos de apreensão do mundo. Nesse sentido, a práxis pedagógica, por exemplo, ora é vista como uma epistemologia de saberes, ora como inversão do real, ora como uma técnica ou competência, ora como uma relação ativa entre sujeitos e ora como conhecimento a serviço das classes dominantes, pois o hiperdimensionamento do sujeito e da relação gnosiológica impede a compreensão da totalidade social e de seu fundamento na práxis humana. Esse é um dos caminhos abertos pela Pedagogia Histórico-crítica. Seguiremos adiante.

Referências

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 35. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.